

**NIEP  
MARX**Núcleo Interdisciplinar de Estudos e  
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

# Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
Acerca do método marxiano: a teoria das abstrações			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Vânia Noeli Ferreira de Assunção	Universidade Federal Fluminense/ Campus Rio das Ostras	UFF/Rio das Ostras	Professora Adjunta
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>Marx repôs na modernidade o primado da ontologia sobre a gnosiologia, centrando-se numa ontologia estatutária específica do ser social. Julgando que, no estudo do ser social, não servem os instrumentos utilizados nas ciências da natureza, destacou que não é possível, numa pesquisa de porte ontológico, o tratamento autônomo da questão metodológica, a qual depende do objeto, que sempre demanda formas próprias para ser apreendido. Considerando a fundamentação ontoprática do conhecimento, a determinação social do pensamento e a presença histórica do objeto, Marx praticou, no estudo do ser social, um roteiro de pesquisas muito próprio, com base na analítica da coisa pesquisada e na força de abstração, capacidade humana de abstrair. A capacidade de abstração é apontada por ele como a ferramenta adequada para o estudo do ser social, em que se ascende do abstrato ao concreto e se retorna à efetividade, pela qual se medirá o conhecimento alcançado – o conhecer se mede pelo <i>ser</i>, e não pelo seguimento de etapas exógenas de caráter subjetivo. Este é, para Marx, o método científico exato, no qual a mediação entre o ponto de partida empírico e o ponto de chegada concreto se faz por um trabalho das abstrações.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Ontologia; epistemologia; marxologia			
ABSTRACT			
<p>Marx modernity restored the primacy of ontology over epistemology, focusing on a specific statutory ontology of social being. Judging that the study of social being, do not serve the instruments used in the natural sciences, said that is not possible, a survey of businesses ontological treatment standalone methodological issue, which depends on the object, which always demand for forms be seized. Considering the reasons ontoprática knowledge, the social determination of thought and historical presence of the object, Marx did, in the study of social being, a roadmap of research of its own, based on analytical thing searched and strength of abstraction, human capacity abstracting. The capacity for abstraction is identified by him as a suitable tool for the study of social being, as it ascends from the abstract to the concrete and returns to the effectiveness by which it will measure the achieved knowledge - knowing is measured by being, not by following steps exogenous subjective character. This is, for Marx, the exact scientific method, in which mediation between the empirical starting point and arrival point is made concrete by a work of abstractions.</p>			
KEYWORDS			
Ontology, epistemology; marxologia			
EIXO TEMÁTICO			
Marx e a crítica da filosofia			

## ***Apresentação: Marx, método e ontologia***

Desde há duas centúrias e meia, ao menos, o estatuto de cientificidade de um dado conhecimento tem sido atribuído a fatores exteriores ao próprio conteúdo, especificamente, ao seguimento de certo número e sequência de procedimentos técnicos. Em outros termos, o alcance do conhecimento verdadeiro somente seria possível a partir da eleição e cumprimento de um *método*, previamente elaborado e respeitosa e seguido pelo pesquisador. A gnosiologia e, mais especificamente, a epistemologia foi alçada à primazia das preocupações, relegando o próprio objeto a um nível inferior.

O marxismo, a despeito de Marx, não ficou imune a esta inversão de prioridades, contaminando-se com preocupações alheias à sua compleição e, assim, perdendo a grande inovação do Velho Mouro, justamente aquela que lhe possibilitou realizar as suas descobertas insuperadas sobre a sociabilidade regida pelo capital. Com isso, o marxismo desviou-se do caminho marxiano e rendeu-se às diversas “teorias da suspeição”, as quais proclamam aos quatro ventos a força das coisas e a fraqueza do pesquisador para conhecê-las, senão pela mediação de uma estrutura subjetivamente armada que medeia a relação.

Em direção oposta, em Marx não há tratamento autônomo da questão do método, a qual aparece sempre articulada ao ente, relação ou processo a ser estudado. Particularmente, só é discutida no bojo do próprio procedimento de análise das coisas e subordinada à efetividade. Também não há nenhuma garantia preliminar de acesso à verdade, mas esta é encontrada apenas por meio de uma *escavação*, de uma descoberta, de um exame acurado das especificidades da coisa estudada no tocante a sua configuração interna e à inter-relacional. A ontologia estatutária inaugurada por Marx, diferentemente da tradicional, não parte nunca de conceitos gerais, mas da efetividade e multiplicidade das coisas existentes, as quais analisa e cujas mediações, proposições e especificações dá a conhecer segundo as características que lhes são imanentes. Não há, pois, um debate metafísico sobre “o ser”, já que, para o filósofo alemão, este é idêntico ao que *é*, ou seja, ser é igual à existência<sup>1</sup>. Trata-se de uma ontologia não sistemática nem de cunho lógico ou resolução de caráter absoluto, mas de um *estatuto* de cientificidade. Pressupõe a objetividade como um dado, quer dizer, a existência por si da efetividade, bem como a possibilidade de esta ser conhecida e reproduzida mentalmente, de haver apreensão ideal das formas determinantes da concretude.

Donde Marx não ter se dedicado à escrita detalhada de seus pressupostos gnosiológicos. Antes, ao contrário, ao justificar a exclusão da edição final da “Introdução” elaborada para os

---

<sup>1</sup> Como expressava já nos Manuscritos: “um ser não-objetivo é um *não-ser*. /.../ um ser *não-objetivo* é um ser irreal, não sensível. Meramente pensado, isto é, puramente imaginação, um ser da abstração”, ou, segundo outras traduções, uma “absurdidade” (Marx, 1964, pp. 250-1)

*Manuscritos Econômicos de 1857/58*, mais conhecidos como *Grundrisse* – justamente um dos textos em que clarifica mais miudamente seu procedimento próprio de pesquisa –, afirma que seria temeroso apresentar o método anteriormente aos resultados: “Suprimo uma introdução geral que havia esboçado, pois, graças a uma reflexão mais atenta, parece-me que toda antecipação perturbaria os resultados ainda por provar, e o leitor que se dispuser a seguir-me terá que se decidir a ascender do particular para o geral” (Marx *apud* Yamamoto, 1994, p. 46).

A recusa ao método enquanto arcabouço teórico preestabelecido e padronizado está relacionada a outros aspectos importantes do pensamento de Marx. Desde suas primeiras obras ele frisa que as formas pelas quais o homem se relaciona com o mundo de que faz parte não são unívocas e unilaterais, mas dependem do que (e como) se apropria. Ele constata que a manifestação da efetividade humana é “múltipla da mesma maneira que são diversas as determinações da natureza humana e as atividades” e que a apropriação da coisa “depende da *natureza do objeto* e da natureza da faculdade correspondente”. Desta forma, no que toca à sociedade, não há uma maneira universalmente válida de tomar para si, objetiva e subjetivamente, as relações, processos e coisas, dado o fato de que são manifestações das capacidades múltiplas do homem:

O homem apropria-se do seu ser omnilateral de uma maneira omnicomprensiva, portanto, como homem total. Todas as suas relações *humanas* ao mundo – visão, audição, olfato, gosto, percepção, pensamento, observação, sensação, vontade, atividade, amor –, em suma, todos os órgãos da sua individualidade, como também os órgãos que são diretamente comunais na forma, são no seu comportamento *objetivo* ou no seu *comportamento perante o objeto* a apropriação do sobredito objeto, a apropriação da realidade *humana*. A maneira como eles reagem ao objeto é a confirmação de *realidade humana* (Marx, 1963, p. 197).

Marx compreende que os homens, ao transformarem a matéria, também se transformam, despertando em si potências que não sabiam existirem. Cada objeto com que se relacionam lhes suscita novas capacidades, seres infinitamente plásticos que são, e só pode ser devidamente apropriado quando consegue despertar órgãos específicos da individualidade humana: “o carácter *distintivo* de cada faculdade é justamente a sua *essência característica* e, portanto, o modo peculiar da sua objetivação, do seu *ser objetivamente real*, vivo. Não é, por conseguinte, só no pensamento, mas através de *todos* os sentidos, que o homem se afirma no mundo objetivo” (Marx, 1963, pp. 198-9).

Nos textos de maturidade em que aborda mais detalhadamente a questão do método (a “Introdução” supracitada e o “Prefácio” à primeira edição d’*O Capital*, publicada em 1867), Marx também aborda o assunto, sob outro viés, demonstrando, por exemplo, como a produção é, também ela, consumo, e vice-versa: “A produção, por conseguinte, produz não somente um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto”, ou, dito de outra forma, “não é somente o objeto do

consumo que é produzido pela produção, mas também o modo do consumo, não apenas objetiva, mas também subjetivamente” (Marx, 2011, p. 47). Por outros termos, o produto também cria um consumidor adequado à sua fruição, ou seja, desperta nos indivíduos as capacidades necessárias à sua utilização, as quais, muitas vezes, estavam insuspeitamente contidas entre outras suas possibilidades e que, uma vez não exploradas, poderiam permanecer potenciais. Para o que nos interessa no momento, resta frisar que a primazia da relação está com o objeto, que é suscita ou é capaz (em determinadas circunstâncias) de modificar, pela mediação da atividade humana, as capacidades subjacentes aos indivíduos. Por outro lado, enquanto a prática está irremediavelmente ligada ao pensamento, que é como uma sua *etapa preliminar*, este não necessariamente traz consequências práticas, podendo esfumar-se em elucubrações irrealizadas e nunca se efetivar na realidade concreta.

Chasin destaca que Marx reproduz a maneira como se articulam, na vida societária, *práxis social e forma subjetiva*, demonstrando a *transitividade* entre elas: “para que possa haver dação sensível de forma, o efetivador tem primeiro que dispor dela em si mesmo, o que só pode ocorrer sob configuração *ideal*”. Em Marx, portanto, como na própria efetividade, “objetividade e subjetividade são resgatadas de suas mútuas exterioridades”, de maneira que “uma transpassa ou transmigra para a esfera da outra”. Assim, a realidade humanossocietária é “decantação de *subjetividade objetivada* ou, o que é o mesmo, de *objetividade subjetivada*”, ou seja, da “subjetividade como *atividade ideal* e da objetividade como *atividade real*” (Chasin, 2009, p. 98). O acento marxiano se dá, porém, na direção da coisa, do existente, que não se confunde com o pensar.

Em Marx, as construções ideais que reproduzem a realidade – e, portanto, também a ciência – são socialmente determinadas. Na direção contrária das teorias que propugnam uma suposta e pretensamente insuspeita neutralidade axiológica – seja ao encarar os acontecimentos como fatos sociais, seja na perspectiva weberiana (que entende “apenas” – o que já é quase tudo – a seleção do objeto como impregnada pela subjetividade do pesquisador, pleiteando também ele uma pesquisa neutra), Marx afirma continuamente o *caráter interessado* de todo saber sobre a sociedade humana. No seu entender, a própria consciência é um produto social: daí a análise buscar a origem e necessidade de sua objetivação, no interior da qual a natureza falsa ou verdadeira das representações não brota do movimento constitutivo da própria esfera subjetiva, não depende da boa ou má vontade do sujeito envolvido no processo, mas está relacionada com a sociedade em que vive. De forma que atividade ideal é atividade social, ou seja, o pensamento não é meramente individual, mas atualização de uma capacidade específica de um ser social, que não se despe desta sua sociabilidade para efetivá-lo, de forma que suas reflexões estão sempre impregnadas pela sua época.

Para além deste aspecto (que considera a subjetividade na sua situação complexa de estar no mundo), Marx frisa a questão da própria etapa de maturação do objeto a ser estudado – que, em poucas palavras, diz respeito a uma situação histórica particular que possibilita ou dificulta, em maior ou menor medida, sua apreensão. Em diversas situações, por exemplo, ele explicita a dificuldade que teriam os economistas alemães, dada a in contemporaneidade de sua estrutura industrial e o estágio avançado das lutas de classes, em realizar um estudo verdadeiramente científico neste campo. Conforme Chasin, “a maturação ou desenvolvimento, a plena entificação ou atualização do objeto é fundamental na relação cognitiva; a presença histórica de seu corpo maturado faculta, de seu polo, o conhecimento, ao passo que em graus imaturos atua como obstáculo ou provoca obnubilação” (Chasin, 2009, p. 119).

Assim, aparecem em Marx três temas articulados: a *fundamentação ontoprática do conhecimento*; a *determinação social do pensamento* e a *presença histórica do objeto*. De forma que a inexistência de uma discussão propriamente metodológica em Marx não é uma lacuna, uma incompletude ou uma falha teórica, mas revela justamente o núcleo do seu modo de proceder científico. Reconhecendo o primado ôntico do próprio objeto, o pensador alemão refuta todo arcabouço prévio para sua apreensão, debruçando-se sobre ele em busca de conhecê-lo num formato designado pelo filósofo paulistano J. Chasin como *analítica das coisas*. Esta requer a arguta perscrutação do objeto pesquisado, buscando sua específica articulação categorial, o que só muito dificilmente poderia ser encontrado se o pesquisador se pusesse a seguir um volteio de regras e etapas que, em vez de o aproximar, interpõe-se entre ele e o que quer conhecer.

Chasin mostra que Marx rompeu com toda uma tradição ao depor a epistemologia do altar da sapiência e repor em seu lugar a própria coisa a ser compreendida. Neste sentido, nos seus termos deliberadamente polêmicos, “Se por método se entende uma arrumação operativa, *a priori*, da subjetividade, consubstanciada por um conjunto normativo de procedimentos”, ou se se “pressupõe um fundamento gnosiológico, ou seja, uma teoria autônoma das faculdades humanas cognitivas, preliminarmente estabelecida”, ou, ainda, “se envolve e tem por compreendido um *modus operandi* universal da racionalidade”, (Chasin, 2009, p. 89), não é possível encontrar uma reflexão epistemológica tradicional em Marx.

No Mouro, como na realidade efetiva, não há separação absoluta entre ser e pensar, fazer e compreender. Marx consegue apreender que o pensamento surge nos mesmos processos nos quais a atividade humana se desenvolveu e com que mantém relação constante. O filósofo alemão não se debruça sobre a capacidade de compreender enquanto forma autônoma, pois esta, para ele, é questão já respondida pela própria prática, que incorpora o conhecimento como um dos seus momentos. Saliente-se: não se trata, muito pelo contrário, da identidade idealista entre pensar e

existir; antes, trata-se da inescapável exigência prática de objetivações mediadas pela atividade sensível, que engloba o momento ideal em uma indissolúvel conexão.

Dada a estreita inter-relação entre existência e reprodução ideal, o filósofo alemão observa que a crítica digna deste nome não se detém nas entrelinhas dos escritos, na sua concatenação interna ou suas falhas e “não-ditos”: deve, no mesmo passo, demonstrar os fundamentos históricos das obras em análise, a ligação que mantêm com as necessidades de sua época, seus condicionamentos e limites, tudo isso com base uma investigação da processualidade histórica concreta. Se não se investiga a origem e o desenvolvimento processual dos entes estudados, recai-se facilmente na sua eternização e naturalização. Em outros termos, em sua concepção, a crítica meramente interna é insuficiente, pois há que explicitar a gênese dos processos e as contradições – textuais e com relação à expressão do real – que encontra, além de demonstrar a especificidade do que está sendo estudado: “a crítica verdadeiramente filosófica”, afirma ele, “não indica somente contradições existentes; ela *esclarece* essas contradições, compreende sua gênese, sua necessidade. Ela as apreende em seu significado *específico*”, busca “apreender a lógica específica do objeto específico” (Marx, 2005, p. 108).

Entenda-se, primeiramente, que em Marx a realidade é o ponto de partida concreto que, reproduzido pelo pensamento, assume a feição de *concretude pensada*, de reprodução ideal de um dado ser que é, ele próprio, complexo e multidimensional e que não se apresenta enquanto totalidade de relações à intuição ou à empiria, demandando ser *decifrado*. Destes objetos, processos ou relações salienta-se, antes de tudo, a *contradição* que lhes é imanente. A questão da dialética tem sido muito mal compreendida em Marx, tomada que é como princípio metafísico retor da concreticidade ou, pior, como postulado metodológico. No entanto, bem compreendida, em Marx dialético não é o *método*, um procedimento mais sensível à contradição, mas a “síntese efetiva que preside a existência concreta de dados produtos humanos numa sociabilidade atravessada por um tipo específico de determinações”, ou seja, não se trata de um princípio ahistórico, aontológico, “mas de explicitar a contraditoriedade imanente e essencial” (Alves, 2012, p. 148). Bem assim, a complexidade é imanente ao próprio existente, de forma que a totalidade não é uma mera junção de entes em si simplórios. Nas palavras de Marx,

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. (Marx, 2011, p. 54)

Nesta direção, as categorias marxianas não são construtos ideais, mas são “momentos de generalidade daqueles complexos de objetividades que justamente conhecemos como momentos indissolúveis do ser de todo o existente” (Lukács, 2010, p. 367), são “elementos estruturais de

complexos relativamente totais, reais, dinâmicos, cujas inter-relações dinâmicas dão lugar a complexos cada vez mais abrangentes, em sentido tanto extensivo quanto intensivo” (Lukács, 1979, pp. 28-9). Elas são as formas de ser efetivas capturadas pelo pensamento – estão dadas “tanto na realidade como na cabeça”, ou seja, “expressam formas de ser, determinações de existência” (Marx, 2011, p. 59).

Mesmo as categorias mais abstratas são produtos de condições históricas e sua validade só é plena naquelas condições e limites – só assim são *abstrações razoáveis*. Marx expressou várias vezes que o fenômeno mais desenvolvido é mais fácil de estudar que o fenômeno menos desenvolvido, e a manutenção de elementos das formas antigas nas novas, que as desenvolvem até as últimas consequências, é um dos pontos que facultam esta mais ampla possibilidade cognitiva. Registre-se e sublinhe-se, porém, que ele frisa repetida e enfaticamente: no procedimento de pesquisa, não se pode obliterar a especificidade do que se investiga. Para ele, conhecer é justamente encontrar e explicitar as formas próprias, as particularidades. Com este cuidado de não deixar escapar a diferença específica, por exemplo, entende-se que a sociedade burguesa contém *uma chave* para compreender sociedades passadas, uma vez que é a mais desenvolvida até agora existente e traz em seu bojo os resquícios daquelas formas, agora superadas parcial ou totalmente:

A sociedade burguesa é a mais desenvolvida e diversificada organização histórica da produção. Por essa razão, as categorias que expressam suas relações e a compreensão de sua estrutura permitem simultaneamente compreender a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, com cujos escombros e elementos edificou-se, parte dos quais ainda carrega consigo como resíduos não superados, parte [que] nela se desenvolvem de meros indícios em significações plenas (Marx, 2011, p. 58).

Na mesma direção, Marx demonstra que só se tornou possível a captura ideal do *trabalho em geral* em vista do desenvolvimento concreto mais rico da própria atividade sensível na sociedade moderna do capital, que promove a indistinção dos múltiplos gêneros de trabalho: as “abstrações mais gerais surgem unicamente com o desenvolvimento concreto mais rico, ali onde um aspecto aparece como comum a muitos, comum a todos” (Marx, 2011, p. 57). De maneira que, conforme salientou Lukács, “Marx considera a universalidade uma abstração realizada pela própria realidade que então e só então se torna uma ideia justa quando a ciência reflete, adequadamente, o desenvolvimento vital da realidade em seu movimento, na sua complexidade, em suas verdadeiras proporções” (Lukács *apud* Chasin, 2009, pp. 168-9). Assim, todo estudo que se queira objetivo tem de atentar, de um lado, para a sua especificidade – pois sem compreender a diferença específica não se explica nenhum objeto – e, de outro, para a totalidade em que o objeto está inserido, interrelação sem a qual também não é passível de compreensão. A relação entre singularidade e universalidade é

de tal porte que seu profundo desvendamento sob a forma de universalidade possibilita também a compreensão exata do singular.

### *A teoria das abstrações de Marx: revisitando J. Chasin*

Na “Introdução” retromencionada o filósofo alemão diferencia cabalmente a forma de captura da realidade social daquela própria dos estudos da natureza. Para o autor, nas análises das estruturas societárias, “não podem servir nem o microscópio nem reagentes químicos. A faculdade de abstrair deve substituir ambos” (Marx, 1988a, p. 18). Em outros termos, no tocante ao estudo do ser social, experimentos semelhantes aos das ciências naturais são *ontologicamente impossíveis*, dada a especificidade do campo societário, cabendo à capacidade humana de abstração a possibilidade de apreensão do objeto. Neste mister, em vez de instituir um método *a priori* ou arranjos mentais subjetivos que supostamente facilitem o caminho do conhecimento, Marx toma a mais difícil – mas única que leva ao destino visado – do debruçar-se sobre a própria coisa, na busca de identificar suas características e sua diferença essencial.

O Mouro ressalta que o caminho que vai do abstrato ao concreto, mentalmente apresentado, é “o modo do pensamento de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como um concreto mental” (Marx, 2011, p. 54). Ou seja, afastadas as possibilidades experimentais e controláveis que estão dadas às ciências da natureza, a forma científica (e, portanto, distinta da artística, religiosa etc.) de apropriar-se da especificidade do ser social é reproduzi-la como *concreto pensado*: “O todo como um todo de pensamentos /.../ é um produto da cabeça pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível” (Marx, 2011, p. 55). As abstrações são, portanto, o ponto de partida do método científico exato, e isto não por um critério epistemológico qualquer, mas por imposição da própria natureza da coisa que se pesquisa. O concreto pensado reproduz a conexão entre efetividade e cientificidade, entre existir e pensar, em que aquele, dado independentemente das atividades do intelecto, pode ser apreendido e reproduzido pelo pensamento – no caso do ser social, a única forma de estatuir a cientificidade.

Expondo seu “método” – ou, antes, seu *antimétodo* –, de pesquisa, o Mouro escreve: a realidade preexiste à pesquisa, o objeto precede o conhecimento e deve, portanto, estar pressuposto constantemente na sua representação ideal, ou seja, cientificamente deve-se partir do imediatamente dado. Observe-se, porém, que não se trata de um fenomenologismo nem de um empirismo. Esclarece o filósofo alemão: “Parece ser correto começarmos pelo real e pelo concreto, pelo pressuposto efetivo /.../. Considerado de maneira mais rigorosa, entretanto, isso se mostra falso” (Marx, 2011, p. 54). Marx argumenta que, partindo-se do todo imediato, aparente apenas em seus complexos parciais, desemboca-se numa “representação caótica do todo”: a totalidade e cada parte



abordada são simples abstrações, se desconsiderados seus elementos constituintes. Tal elaboração não tem apenas, contudo, um aspecto negativo; essas abstrações vazias, ao mesmo tempo constituem-se no ponto de partida da pesquisa, a qual, “por meio de uma determinação mais precisa, chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais simples; do concreto representado [chegaria] a conceitos abstratos [*Abstrakta*] cada vez mais finos, até que tivesse chegado às determinações mais simples” (Marx, 2011, p. 54).

Marx percebe que a ferramenta adequada para o estudo do ser social é a *força de abstração* – uma competência intelectual de extrair os momentos mais centrais dos seres sociais e, assim, apropriar-se deles em sua plenitude e complexidade. A *força de abstração* é o “órgão peculiar da individualidade” no que pertine à apropriação ideal dos objetos sociais, a “capacidade mental de escavar e garimpar as coisas”, por meio da qual o sujeito que “opera cognitivamente” consegue captar o movimento real (Chasin, 2009, p. 122). Ou, ainda:

é uma qualidade individual ou força essencial de apropriação peculiar dos objetos, que se realiza de modo específico de acordo com a sua própria natureza e em consonância com a natureza do objeto apropriado. Enquanto força performática, sua apropriação é ideal, reprodução intelectual de entidades reais, o que se confirma pelo caráter ontológico das abstrações produzidas (Chasin, 2009, p. 123).

Desta forma, a pesquisa não é idêntica ao coletar e agrupar caracteres empiristas e/ou à sua “explicação” por um silogismo lógico superficial, mas um processo segundo o qual determinados aspectos extraídos do objeto têm negada sua faceta generalista e simples e intensificada sua singularidade, ou seja, sua concreção. Trata-se, por outras palavras, de um processo de garimpagem de elementos da coisa estudada, de um processo de *abstração*. Como as categorias ontológicas não querem figurar universais *a priori* ou conceitos autônomos com relação ao concreto, mas expressar as próprias coisas efetivas e complexas, devem ser regidas pelo complexo fenomênico em tela. A cientificidade se põe, assim, não como um processo prévio, separado da efetividade, mas só pode ser definida com base na processualidade que pretende apreender.

De forma que as *abstrações* ontológicas são determinações ou categorias simples que não são geradas por pontos de vista epistemológicos, mas derivam da própria coisa. Marx especifica *categorias simples* ou *relações gerais*, ainda que expressem “frequentemente aspectos isolados”, como “formas de ser, determinações de existência”, que estão dadas tanto na realidade efetiva como no entendimento. Elas devem registrar adequadamente, por comparação, traços comuns a todos ou a muitos dos objetos que investiga, evitando a repetição cansativa e pouco produtora de informações idênticas. Segundo Chasin, a abstração retém “*aspectos reais*, comuns às formas temporais de entificação dos complexos fenomênicos considerados”, comparando entes concretos, num processo de síntese – e só por isso as abstrações resultantes são *razoáveis*: “A razoabilidade está no registro

ou constatação adequado, ‘através da comparação’, do que pertence a todos ou a muitos sob diversos modos de existência. /.../ seu mérito é operar subsumida à comparação dos objetos que investiga” (Chasin, 2009, pp. 124-5).

As *abstrações razoáveis* destacam e fixam característicos compartilhados, mas nenhum destes traços comuns é substância pura, e sim um todo complexo integrado por múltiplas formas e modos de ser, que nele atuam como “partes moventes e movidas”, conforme Lukács, como “unidade do diverso”. Sendo o universal comum multiplamente articulado, “síntese de múltiplas determinações”, a função primária das abstrações razoáveis é evidenciar a diferença específica, já que ignorá-la é distanciar-se dos objetos reais (com o que se criam abstrações *irrazoáveis*, generalizadamente vazias). Afinal, já dissera Marx, “uma explicação que não dá a *differentia specifica* não é uma explicação”, mas dá “apenas a aparência de um conhecimento real, pois esses sujeitos reais permanecem incompreendidos, visto que não são determinações apreendidas em sua essência” (Marx, 2005, p. 34). Em poucas palavras, a perda da “diferença essencial mutila a reprodução ideal do *ser-precisamente-assim*, indeterminando o objeto pelo cancelamento de sua processualidade formativa e especificação histórica” (Chasin, 2009, p. 125).

No processo de pesquisa, a síntese categorial que é objetiva, imanente à concretude, deve também passar a existir enquanto “concreto pensado”, ou seja, “A concretude sintética, o existente, em Marx, nesse contexto, se diz de dois modos: primeiro como *este* ente ou processo efetivo por-si; depois, como *totalidade de pensamentos*” (Alves, 2012, p. 161). Salieta Chasin que este “processo de síntese” se faz por um *trabalho das abstrações*. É no seu escrito de maturidade, *Marx: Estatuto ontológico e resolução metodológica*, que Chasin, com base nas assertivas de Marx, dilucida as operações próprias da analítica marxiana: especificação, delimitação, intensificação, articulação – que compõem a *teoria das abstrações*, par dialético-categorial da *analítica das coisas*.

As abstrações *delimitadas, depuradas, isoladoras* são o *ponto de partida* da elaboração teórica, não seu resultado último. Tal somente se alcança medindo comparativamente aquelas abstrações com a realidade que elas pretendem reproduzir mentalmente em sua totalidade multifacetada. *Depuradas* as abstrações em sua razoabilidade, trata-se agora da caminhada de volta, dando de novo com o real – não mais como “a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações” (Marx, 2011, p. 54).

Essa “viagem de retorno” é necessária porque a verdade está na efetividade, na concretude, no sensível. Deste modo, a verdade não é determinável por algum critério da faculdade de julgar, mas sim pela própria existência: o efetivamente existente é o metro pelo qual se mede a correção ou não de um pensamento, parâmetro que não pode ser substituído pela mera aplicação de qualquer construto metodológico prévio e independente com relação à sua própria malha interna e às interdeterminações recíprocas da coisa pesquisada. Nos termos chasinianos, “o *ser* é chamado a

parametrizar o *conhecer*”, de forma que, segundo o “rigor ontológico, a consciência ativa procura exercer os atos cognitivos na deliberada subsunção, criticamente modulada, aos complexos efetivos, às *coisas* reais e ideais da mundaneidade” (Chasin, 2009, p. 58). Aí ocorre uma metamorfose: as abstrações razoáveis, mantendo a condição de pensamentos, convertem-se em *momentos concretos* de apreensão e reprodução dos graus históricos efetivos. Parte-se do empírico para se alcançar o *concreto pensado*, passando pela abstração de determinados momentos isolados, donde se retorna à própria concretude, a qual lhes dá sua última configuração.

Para que as categorias percam seu caráter genérico e simples e ganhem concretude e especificação deve haver uma *intensificação ontológica*, a “atualização das virtualidades de sua natureza ontológica enquanto forma de apropriação ideal dos objetos reais” (Chasin, 2009, p. 129). Esta intensificação se opera por meio da aproximação e comparação destas potencialidades aos traços efetivos, para serem medidas por estes e, então, ajustadas, procedendo-se à especificação, à delimitação e à articulação categoriais. Dentre os momentos necessários para que ocorra a elevação das “abstrações razoáveis” a reprodução de momentos concretos, Chasin destaca o do “deperecimento da abstratividade”, a *especificação*: “na rota que vai do simples ao complexo, do abstrato ao concreto, as abstrações razoáveis devem perder generalidade por especificação, adquirindo os perfis da particularidade e da singularização, ou seja, a fisionomia de abstrações razoáveis *delimitadas*” (Chasin, 2009, pp. 129-30). Pelo fato, já mencionado, de que toda coisa é uma pletera complexa de determinações e interrelações, mas nem por isso todas são equivalentes e têm idêntico peso, faz-se necessário demonstrar as determinações delimitadoras recíprocas que regem a proposição de cada qual no todo da coisa pesquisada.

Somente após a pesquisa detalhada do objeto a conhecer é que se põe o problema da exposição dos resultados da pesquisa. Para dar conta do rico gradiente de caracteres dos objetos estudados, é preciso trazer a lume sua concatenação, sua específica articulação entre si e com o todo. Em Marx, ao contrário do que ocorria na economia política e na especulatividade, a articulação categorial não advém de uma atribuição formalista ou lógica, mas do retratamento da conexão íntima do próprio objeto em estudo. Em outros termos, as abstrações razoáveis e delimitadas são articuladas segundo a lógica imanente que legisla o feixe de determinações examinado. Trata-se, conforme Chasin, do “estágio mais desenvolvido do próprio método, que integra e proporciona a plena realização de seus momentos anteriores” (Chasin, 2009, p. 131).

Como já aludido, as determinações não são homogêneas, formando um conjunto de determinações diferentes e divergentes. De fato, as tematizações marxianas recusam tanto o uniausalismo quanto a indeterminação ao afirmar que as determinações são *momentos essenciais constitutivos do próprio ser societário*. “Reciprocidade ativa entre os momentos não é uma homogeneização das determinações; moventes e movidos não por isso dissolvem suas diferenças,

nem mesmo por suas mutações, e também não é desmanchado o gradiente das relevâncias” (Chasin, 2009, p. 133). Daí a necessidade de o complexo articulado destacar com a devida força o *momento preponderante*, o “elo tônico”, aquela abstração razoável que sobredetermina as demais, tornando-se a categoria estruturante do todo concreto – e, portanto, também da totalidade ideal. É nesse momento que se manifesta a delimitação ou diferenciação por intensificação ontológica, na medida em que esta categoria que tem acentuação ordenadora específica fornece a construtura de todo o processo de síntese.

Ainda no interior do processo de articulação, há também que demonstrar como se inter-relacionam em sua concretude as determinações reflexivas: as categorias que estão conectadas umbilicalmente em pares ou conjuntos, de tal forma que a compreensão de cada uma é forçosa à apreensão de todas, cuidando-se para não perder a especificidade de cada qual.

Na arguta síntese de Antônio Alves, para fechar, a teoria das abstrações

É teoria da coisa sob o mando da própria coisa, a qual é analisada, dissecada, separada, decomposta em seus aspectos múltiplos, diversos e, até mesmo, opostos. Tipo de procedimento teórico o qual a toma como aquela mesma “se dá” na realidade social, para, através do conjunto de atos da analítica que, miudamente, decompõe o existente em seus elementos. Os quais passam à forma de abstrações, para numa posterior etapa de reconstrução, apresentá-la como um todo de determinações que a delimitam como ente, ou processualidade, específica, na forma de um todo pensado. Conjunto de operações que distinguem as partes constitutivas de uma coisa umas das outras, e, na sequência, identifica o nível de determinações preciso em que cada uma delas se encontra na particularidade da existência atual (Alves, 2012, pp. 92-3).

Da *analítica das coisas*, possibilitada pela irresolubilidade metodológica consubstanciada na *teoria das abstrações*, resulta que os métodos não têm valor de conhecimento baseado em si mesmos, muito menos podem servir de modelo ou guia de pesquisa. Antes, ao contrário, cumprida sua função, deixam de ser referência, não têm serventia como suposta metodologia universal que oriente outras jornadas, mas apenas registram um *roteiro de percurso*: “De modo que o conhecimento é possível, a ciência pode alcançar seus objetivos, mas não há um caminho preconfigurado, uma chave de ouro ou uma determinada metodologia de acesso ao verdadeiro” (Chasin, 2009, p. 231). Por isso, o método marxiano é uma descrição, não uma prescrição.

### ***Considerações finais***

Retomando, a título de fechamento, alguns momentos da exposição precedente, deve-se ressaltar, primeiro, que para o estudo do ser social não valem os mesmos recursos utilizáveis nas ciências da natureza. Neste caso específico, há que considerar a particularidade societária, em que

os homens são ao mesmo tempo sujeito e objeto da pesquisa a realizar, de forma que se deve considerar tanto a *objetividade* quanto a *subjetividade* humanas e o caráter sempre interessado do saber (Vaisman, 1989; Lukács, 1981; 1972; Chasin, 2009).

Neste tipo de pesquisa, em que só é possível o recurso à capacidade de abstração do ser humano como forma de apreensão intelectual, ter o objeto como ponto de partida e como ponto de chegada é fundamental para dar conta de sua natureza sem cair na metafísica, no idealismo, no ceticismo ou no empirismo, sem imputações nem criação de modelos vazios, tipos ideais abstrativos ou outras fórmulas que tendem a focar sempre na subjetividade do pesquisador, em vez de voltar-se à captura da coisa – que é o que de fato interessa. Aí não é suficiente a boa vontade nem a honestidade intelectual do pesquisador, como também não basta escolher de antemão e seguir criteriosamente uma determinada técnica: “O desafio das coisas não se altera ou dissolve pela mera disposição ativa do sujeito enfrentar a decifração das mesmas, nem porque detenha a visualização do roteiro analítico a ser cumprido, e sempre como dificuldade se repõe a cada objeto faceado”. Se, como dizia Marx, “Todo começo é difícil; isso vale para qualquer ciência”, “não há um caminho preconfigurado, uma chave de ouro ou uma determinada metodologia de acesso ao verdadeiro” (Chasin, 2009, p. 231).

Como visto, em Marx a reprodução mental do real não se põe no ponto de partida da pesquisa: o “método científico exato” marxiano é o exame da efetividade a conhecer, com o consequente desvendamento de suas determinações objetivas. É só no fim de um processo longo e árduo, no ponto de chegada, que o concreto se articula como *concreto de pensamentos*. Desde o início o método é impugnado em Marx, cedendo passo à “analítica da reta prospecção do objeto”. Seu (anti)método diz respeito, portanto, à “compreensão de um itinerário de viagem já concluída, de percorrer sob a forma do objeto aquelas sendas que o foram sob o modo da prática cognitiva da ciência” (Alves, 2012, p. 157).

Esta analítica das coisas é possível justamente pela irresolução analítica da teoria das abstrações, cujos “atos cognitivos que só tomam forma efetiva na direta reprodução de conteúdos específicos, distribuídos estes por toda gama real entre a mais simples e a plena complexidade do concreto maturado” (Chasin, 2009, p. 246-247). De fato, em Marx, não há enunciados concretos que não digam respeito a um certo tipo de ser, ou seja, que não sejam sempre afirmações ontológicas. Dito de outro modo, não há nele nenhum tratamento autônomo das questões metodológicas. Não questiona a possibilidade e a verdade do conhecimento, afirmando que se trata de uma questão histórico-social, respondida na prática, e não por ordenamentos subjetivos. A questão do conhecimento, seus limites, as vias para atingi-lo, suas possibilidades, são temas que só aparecem referidas em Marx após um dado percurso, quando a exposição se torna coerentemente apresentável.

De forma que a captura imanente da coisa estudada não pode se dar por um mapa previamente desenhado ou por atalhos metodológicos que abreviem a longa e trabalhosa jornada da pesquisa. Esta “tem de captar detalhadamente a matéria, analisar suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima”. Ou, ainda: “Não há estrada real para a ciência, e apenas aqueles que não temem a fadiga de galgar suas escarpas abruptas é que têm a chance de chegar a seus cumos luminosos” (*apud* Alves, 2012, p. 145). Donde, a grande descoberta e a grande contribuição do (anti)método marxiano: “O rumo só está inscrito na própria coisa e o roteiro da viagem só é visível, olhando para trás, do cimo luminoso, quando, a rigor, já não tem serventia, nem mesmo para outras jornadas, a não ser como cintilação evanescente, tanto mais esquiva ou enganosa quanto mais à risca for perseguida, exatamente porque é a luminosidade específica de um objeto específico” mérito e segredo do” (Chasin, 2009, pp. 231-2).

### ***Referências bibliográficas***

ALVES, Antônio J. Lopes. A cientificidade na obra marxiana de maturidade: uma teoria das *Daseinsformen* (2012). Tese (Doutorado) apresentada ao IFCH/Unicamp, Campinas, São Paulo.

CHASIN, J. Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica. São Paulo, Boitempo, 2009.

LUKÁCS, Georg. *Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo, Editora Ciências Humanas, 1979.

\_\_\_\_\_. Prolegômenos para uma ontologia do ser social. São Paulo, Boitempo, 2010.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Lisboa, Edições 70, 1963.

\_\_\_\_\_. *La ideologia alemana*. Buenos Aires, Ediciones Pueblos Unidos/Editorial Cartago, 1985.

\_\_\_\_\_. “Processo de trabalho e processo de valorização”. In *O capital* v. I. São Paulo, Nova Cultural, 1988.

\_\_\_\_\_. Crítica da filosofia do direito de Hegel. São Paulo, Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. “Introdução”. In *Grundrisse – manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo/Rio de Janeiro, Boitempo/UFRJ, 2011.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao método da teoria social*. Disponível em: <<http://pcb.org.br/portal/docs/int-metodo-teoria-social.pdf>>, acessado em 10 mar. 2013.

RAGO FILHO, Antonio. J Chasin: redescobrimo Marx – a Teoria das Abstrações. *Verinotio – Revista on-line de filosofia e ciências humanas* nº 1, Ano I, out./2004. Disponível em: <<http://www.verinotio.org/conteudo/0.73258350298981.pdf>>, acessado em 20 ago. 2009.

VAISMAN, Ester; ALVES, Antônio J. L. “Apresentação”. In CHASIN, J. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo, Boitempo, 2009.

YAMAMOTO, Oawaldo Hajime. *Marx e o método*. São Paulo, Editora Moraes, 1994.